

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E A IDEOLOGIA DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO": RASTREANDO SEUS SIGNIFICADOS

Helton Messini da Costa¹

RESUMO: Em 2004, surgia na sociedade brasileira um movimento denominado “Escola Sem Partido” (MESP). Criado pelo advogado e procurador de justiça do Estado de São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib, o MESP despontava como uma reação a um episódio em que um professor de história de sua filha, num colégio privado na cidade de Brasília, havia comparado Che Guevara a São Francisco de Assis. Em pouco menos de uma década, o movimento que em seu início não alcançou grande repercussão tornou-se centro dos debates educacionais, servindo, inclusive, de bandeira de campanhas eleitorais no pleito de 2018. Portanto, dada essa vertiginosa abrangência, o exercício de reflexão presente nesta pesquisa tem por objetivo investigar e analisar esse fenômeno, enfatizando seu ponto de convergência com as frentes parlamentares evangélica e católica na disseminação do termo "ideologia de gênero". Pretendemos rastrear o significado da utilização desse termo na correlação de forças em que emerge a criminalização dos movimentos feministas e LGBTTQIs que, em sua essência, manifestam a disputa por distintos projetos de escola e sociedade no Brasil.

Palavras-chave: Educação. Escola sem Partido. "Ideologia de gênero". Ideologia.

ABSTRACT: In 2004, a movement called "school without party" (MESP) emerged in Brazilian society. Created by attorney and attorney for the State of São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib, the MESP emerged as a reaction to an episode in which a teacher of his daughter's history at a private college in Brasilia had compared Che Guevara to Saint Francis of Assisi. In a little less than a decade, the movement that did not at first reach a high level of repercussion became the center of educational debates, even serving as a banner for electoral campaigns in 2018. Therefore, given this dizzying range, the exercise of reflection present in this research aims to investigate and analyze this phenomenon, emphasizing its point of convergence with the evangelical and catholic parliamentary fronts in the dissemination of the term "gender ideology". We intend to trace the meaning of the use of this term in the correlation of forces in which emerges the criminalization of the feminist and LGBTTQI movements that, in essence, manifest the dispute for different projects of school and society in Brazil.

Keywords: Education. School without Party. "Gender ideology". Ideology.

¹ Mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF. Especialista em História, Sociedade e Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC - SP. Graduado em História. email: messiny@gmail.com

INTRODUÇÃO

O exercício de reflexão proposto neste estudo apresenta uma parte da pesquisa de mestrado intitulada "Escola sem partido: educação e formação humana em tempos de fundamentalismo e barbárie", empreendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF e defendida em fevereiro de 2019.

No excerto aqui apresentado buscaremos investigar e analisar criticamente o fenômeno do movimento escola sem partido, doravante MESP, a partir da expressão disseminada em toda a sociedade nos últimos anos de "ideologia de gênero". Partimos da premissa que tal expressão, recorrente entre os apoiadores do MESP, dispõe de um contrassenso, pois, entendemos com nossas pesquisas que gênero não é ideologia. Isto porque gênero constitui-se em uma categoria de análise² a respeito das perspectivas socioculturais sobre a sexualidade e a identidade além da fisiologia do corpo, bem como da naturalização do heteronormativo. Se, por um lado, gênero não é ideologia, ao contrário, "ideologia de gênero", por sua vez, é uma ideologia, pois, ancorada em dogmas religiosos e enquanto um sistema de ideias que, pela dinâmica das relações sociais aspira se naturalizar e se universalizar, a expressão tem sido amplamente difundida com a intenção de marginalizar e criminalizar os movimentos LGBTTQI e feministas e com eles a problematização dos conceitos de gênero, sexo e sexualidade, naturalizando e universalizando uma determinada concepção de família e de mundo.

Para uma melhor organização do texto, inicialmente procuramos compreender a formação do MESP, seus meandros e suas conexões econômicas, políticas e sociais que compõe a conjuntura que opera no Brasil nesta década de 2010 e, a partir da gênese do movimento interessou-nos perseguir a materialidade que integra a expressão "ideologia de gênero" não apenas enquanto uma categoria discursiva, mas como uma ideologia que, ao mesmo tempo em que é reproduzida por uma determinada ordem social, contribui à sua sucessiva naturalização e universalização.

Com base nestes objetivos optamos por um caminho de análise que, correspondesse primeiro, ao nosso entendimento de mundo enquanto indivíduo e, segundo, à nossa intenção de produzir uma crítica que corresponda à totalidade das relações econômicas, políticas e sociais expressadas pelo MESP. Por isso, nossa opção pela *práxis* fundamentada no método do materialismo histórico dialético, pois, na *práxis*

² Sinalizamos para a importância de especificar a existência de um vasto campo de estudos sobre gênero. Envolvendo diversas "disciplinas, várias matrizes teóricas e políticas, nas quais a figura de gênero [desponta] (grifos nossos) como um conceito (e não uma teoria ou ideologia) (grifos do autor) com múltiplas acepções e implicações críticas" (JUNQUEIRA, 2017, p. 45).

- que é ação que orienta a teoria e, ao mesmo tempo, é teoria que orienta ação - não nos importa apenas interpretar “[...] o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007, p. 535). Disto decorre que, para nós, o método, a pesquisa e a exposição não estão separados da ação política a qual este estudo pretende corroborar, pois, a *práxis* “[...] é uma filosofia que também é política e uma política que é também uma filosofia [...]” (GRAMSCI, 2015, p. 37). Do mesmo modo, o pesquisador não está acima das determinações históricas constitutivas de seu ser que, em essência, é um “[...] ser social” (MARX, 2015, p. 348) e não um ser genérico e abstrato.

O MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO - MESP

Em 2004 - no segundo ano do governo Lula - o advogado e procurador de Justiça do Estado de São Paulo, Miguel Francisco Urbano Nagib³ - inspirado em movimentos como *NoIndocritnation* e *Creation Studies Institute*⁴, presente nos Estados Unidos (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017) e que versam, grosso modo, sobre o combate à chamada doutrinação ideológica nas escolas públicas e pelo *homeschooling* (ensino em casa) - elaborou o chamado "Movimento Escola Sem Partido" (MESP). Inicialmente, Nagib teria reagido a um episódio em que, um professor de história de sua filha, num colégio privado na cidade de Brasília (Colégio SIGMA), havia comparado Che Guevara a São Francisco de Assis (ESCOLA SEM PARTIDO, n.p.). Tal episódio serviria de ponto de partida para que ele escrevesse uma carta aberta ao colégio, divulgando cópias para outros pais e, dada a posição da escola de procurar mediar esta situação, posteriormente, buscar os subsídios necessários para a criação do MESP (*Ibid.*).

Segundo Nagib, o MESP emerge enquanto uma associação com o intuito de combater o que ele denominou de "doutrinação política e ideológica dos alunos por parte dos professores e a usurpação dos direitos dos pais na educação moral e religiosa de seus filhos" (EL PAIS, 2016, n.p.), práticas que, para ele:

Ferem preceitos constitucionais como a liberdade de consciência e de crença e a do pluralismo de ideias, além da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos, que afirma que "os pais têm direito a que

³ Miguel Nagib, adepto ao catolicismo e seguidor de Olavo de Carvalho, foi articulista durante muitos anos do Instituto Millenium. Ele também é procurador de Justiça do Estado de São Paulo. Em Brasília, há 32 anos, tendo sido assessor de ministro do Supremo Tribunal Federal de 1994 a 2002. Informações disponíveis em: <<http://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=576>>. Acesso em 12 dez. 2018.

⁴ Segundo Espinosa e Queiroz (2017), o movimento *NoIndocritnation* foi idealizado por Luann Wright ao perceber que um professor de literatura de seu filho orientava os alunos a lerem artigos que versavam sobre a temática do racismo dos brancos contra os negros.

seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções" (*Ibid.*, n.p.).

No entanto, salvo discussões restritas a circuitos fechados - como no Instituto Millenium⁵ (Imil), ao qual Nagib era à época filiado - até 2014, o MESP foi pouco relevante no âmbito da educação brasileira. Para Moura (2016), entre a criação do movimento em 2004 e sua maior visibilidade a partir, sobretudo, de 2012, um primeiro momento que concede ao MESP uma maior expressividade é estampado em 2007 com a "polêmica gerada pela coluna no Jornal O Globo do jornalista Ali Kamel, no qual ele fez duras críticas à coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de Mario Schimidt" (p. 27). Outro momento que destacamos em nossas pesquisas trata-se de uma publicação de 2008, da revista *Veja*⁶ assinada pelo jornalista Reinaldo Azevedo que, cita o movimento, como uma solução viável para a chamada "manipulação ideológica".

Em 2012, as bancadas religiosas da Câmara Federal e do Senado, formadas por setores fundamentalistas ligados às Igrejas Evangélicas⁷ e às frações da Igreja Católica contribuem para o arquivamento do Projeto Escola Sem Homofobia⁸. Posteriormente, entre 2012 e 2014, estas mesmas bancadas com seus grupos ligados à educação, adentram as discussões a respeito do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (CUNHA, 2017). A partir de então, o MESP adquire demasiada força política, sobretudo, pelo encontro de Nagib com Flávio Bolsonaro (à época deputado estadual do Rio de Janeiro, pelo Partido Social Cristão - PSC/RJ) e Carlos Bolsonaro (à época vereador da cidade do Rio de Janeiro - PP/RJ) que corroboraram para a criação do "Programa Escola Sem Partido" – doravante Programa –, assim como à elaboração do

⁵ Segundo sua própria página eletrônica, o "O Instituto Millenium (Imil) é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação político-partidária com sede no Rio de Janeiro. Formado por intelectuais e empresários, o *think tank* (grifos nossos) promove valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo". Para Miguel (2016), o Imil desponta como um *think thank* representante da direita brasileira com financiamento empresarial com eco em grandes veículos de mídia, difundida, entre outros, nos meios de comunicação por Rodrigo Constantino. Em matéria do Intercept Brasil de 2017, destacamos o ano de fundação do grupo em 2006 e sua relação direta com o *think thank* norte-americano Atlas Network, um difusor de ideias ultraliberais para a América Latina com ramificações por todo o mundo, assim com o também, suas conexões com um empresariado financiador do grupo: Bank of America; Merrill Lynch; Grupo RBS; Gerdau e AmCham- Brasil.

⁶ Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/por-uma-escola-sem-partido/>>. Acesso em 28/03/2017.

⁷ Para Cunha (2017) é um equívoco identificar os projetos de sociedade fundamentalistas que têm circulado pelo Brasil apenas com as Igrejas Evangélicas. Coexistem interesses difusos, por vezes contraditórios entre os próprios evangélicos, assim, não os classificaremos enquanto um bloco homogêneo. No entanto, na seção 3.2 do capítulo 3 há maiores informações acerca da composição política deste grupo o qual preliminarmente designamos como fundamentalistas.

⁸ O Projeto, desenvolvido em 2004, tinha um material pronto para ser divulgado nas escolas de todo o país em 2011. Para saber mais sobre seu conteúdo ver em <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2015/11/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec1.pdf>>.

primeiro Projeto de Lei (PL) movido por esse Programa no Estado do Rio de Janeiro em 13 de Maio de 2014⁹ (CARTA MAIOR, 2016). Inclusive, para Penna (2016, n.p.) "O programa 'Escola sem partido' (aspas do autor) foi criado por iniciativa do deputado estadual Flávio Bolsonaro, que entrou em contato com Miguel Najib, criador do movimento homônimo, e encomendou a produção de um projeto de lei [...]".

Assim, o programa representaria a junção entre uma burguesia ultraliberal, representada pelo próprio Nagib, enquanto quadro do Imil, pelo intelectual autointitulado "filósofo autodidata" Olavo de Carvalho, pelo Professor da Universidade de Brasília (UNB), Bráulio Tarcísio Pôrto de Matos, entre outros; em suas coligações políticas, representadas, no caso do MESP, inicialmente pelos irmãos Flávio e Carlos Bolsonaro, com setores políticos vinculados às frações fundamentalistas da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas, tanto aqueles que formaram as frentes parlamentares religiosas, atuando diretamente na arena do Estado, quanto àqueles que promovem o consenso na sociedade civil a partir de aparelhos privados de hegemonia, em especial, programas de rádio, televisão, blogs e mesmo os púlpitos de suas Igrejas. Para Cunha (2017), "Por convergência ideológica, parlamentares religiosos católicos, agnósticos e ateus têm apoiado os evangélicos; outros fazem o mesmo por mero oportunismo; e outros, ainda por covardia" (*Ibid.*, p. 30).

Destacamos como ponto basilar da convergência ideológica desta reunião a refuta incondicional sobre as parcas, mas fundamentais, reformas de cunhos sociais preconizadas pelos governos Lula e Dilma, em especial as que ampliavam os direitos aos grupos historicamente marginalizados, como a chamada Lei Maria da Penha de 2004¹⁰, o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos de 2005¹¹ (PNDH3), o já

⁹ No site do "Programa Escola Sem Partido" está disponível o PL 2974/2014, apresentado pelo deputado estadual Flávio Bolsanaro na Assembléia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro (Alerj), bem como o PL 867/2014, apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro na Câmara dos Vereadores da cidade do Rio de Janeiro, na intenção de que outros políticos possam utilizá-los em suas respectivas casas legislativas. Disponível em: <<http://www.programescolasesempartido.org>>.

¹⁰ Segundo a página eletrônica do Senado "A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) tornou mais rigorosa a punição para agressões contra a mulher quando ocorridas no âmbito doméstico e familiar. A lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006, e o primeiro caso de prisão com base nas novas normas - a de um homem que tentou estrangular sua mulher - ocorreu no Rio de Janeiro. O nome da lei é uma homenagem a Maria da Penha Maia, que foi agredida pelo marido durante seis anos até se tornar paraplégica, depois de sofrer atentado com arma de fogo, em 1983". Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>>. Acesso em 12 nov. 2018.

¹¹ Segundo a página eletrônica do Governo Federal, "O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com

citado Projeto Escola Sem Homofobia e a Lei 12.845, de 2013, que dispunha sobre atendimento emergencial para mulheres vítimas de violência sexual em toda a rede do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outras (CUNHA, 2017). Assim, como analisa Cunha (*Ibid.*, p. 37):

[...] o movimento *ESP* (grifos do autor) identifica dois inimigos concretos a combater, considerados os agentes dos males resultantes da doutrinação supostamente existentes nas escolas: o Partido dos Trabalhadores e a pedagogia de Paulo Freire, educador identificado ao PT.

Com efeito, enquanto proposta de legislação, o MESP estampou-se na esfera federal a partir do Projeto de Lei PL nº193/2016¹², de autoria do senador Magno Malta (PR/ES), do Projeto de Lei PL nº 7180/2014 e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 435/2014, ambos de autoria do deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA), bem como, a outros projetos propostos junto à Câmara Federal, alguns retirados por seus autores e outros apensados ao PL nº 7180/2014 ou à PEC nº 435/2014. Num contexto geral, a pretensão, no caso do PL e da PEC é incluir, mediado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) Lei nº 9.394/96, um conjunto de normas que a princípio, entendemos como arbitrárias, com conotações de cunho moral, religioso e contraditoriamente ao seu próprio nome, político partidário.

Dadas às circunstâncias do regime federativo brasileiro¹³ e a ofensiva dos idealizadores do MESP, nos municípios e nos estados da União, Projetos de Lei semelhantes foram introduzidas por deputados e vereadores em suas respectivas casas legislativas, constituindo assim duas frentes de ataque: por um lado, a tentativa vertical de sobrepor à LDBEN 9394/96 os pressupostos expostos no programa em forma de lei; e por outro, espalhar horizontalmente por toda a sociedade tanto o projeto, enquanto lei, quanto a sua ideologia. A título de exemplo, segundo a página eletrônica¹⁴ do programa, até este mês de janeiro de 2019, tramitam dezenove Projetos de Lei nas três esferas de governo. Porém, de acordo com a página eletrônica do Movimento Professores **Contra**

deficiência, idosos, meio ambiente etc". Disponível em: <<https://pndh3.sdh.gov.br/portal/sistema/sobre-o-pndh3>>. Acesso em 12 nov. 2018. No entanto, para Cunha (2017), as discussões que se estabelecem para a construção de PNDH3 em 2005 são duramente perseguidas pelos setores fundamentalistas das Igrejas Evangélicas e de frações da Igreja Católica, propiciando um decreto, o 7177 de 2010, com alterações substanciais no programa inicial.

¹² O PL em questão foi retirado de tramitação no Senado Federal por seu autor em 21/11/2017. Procuraremos compreender ao longo de nossas análises por qual motivo se deu tal retirada.

¹³ De acordo com Saviani (2017) entendemos por sistema federativo no Brasil "a unidade de vários estados que, preservando suas respectivas identidades, intencionalmente se articulam tendo em vista assegurar interesses e necessidades comuns".

¹⁴ Disponível em: <http://www.programaescolasempartido.org/>

o Escola Sem Partido¹⁵ (negritos nossos), em levantamento realizado até janeiro de 2018, existem mais de cento e cinquenta Projetos de Lei vinculados ao MESP circulando pelas Câmaras e Assembleias Legislativas de todo o país.

Entendemos que essa diferença de números pode representar uma estratégia dos articuladores do MESP no sentido de impossibilitarem *a priori*, a partir da não divulgação, a organização de manifestações contrárias e atos de resistências nas localidades em que tramitam projetos de lei vinculados ao MESP o que, do mesmo modo, dificulta uma conexão maior entre grupos contrários ao movimento.

Não obstante, no que tange aos projetos que circulam na esfera federal, observamos que, em parecer publicado em 08 de maio de 2018, o relator do PL 7180/2014, deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSC/SP), apontou para a aprovação do PL e seus apensados (PL 7181/2014; PL 867/2015 (1); PL 6005/2016; PL 1859/2015 (1); PL 5487/2016; PL 8933/2017; PL 9957/2018), todos versando sobre as pautas do MESP, exceto pelo PL 6005/2016, do deputado federal pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Jean Wyllys (PSOL/RJ), que pauta uma proposta contrária ao MESP em todos os seus fundamentos, instituindo o "Programa Escola Livre" que, entre outras coisas estabelece:

I – a livre manifestação do pensamento; II – a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, ler, publicar e divulgar por todos os meios a cultura, o conhecimento, o pensamento, as artes e o saber, sem qualquer tipo de censura ou repressão; III – o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas [...] (BRASIL, 2016, p. 01).

Neste caso, o parecer substitutivo do deputado federal Flávio Augusto da Silva (PSC/SP), reapresentou os mesmos artigos oriundos dos projetos originais propostos pelo também deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA), e o senador Magno Malta (PR/ES), com sensíveis modificações no texto que, em suma, não modificariam sua substância, artigos os quais, versam notoriamente pelos pontos estampados na página eletrônica do programa, excluindo as proposições contrárias apresentadas pelo deputado federal Jean Wyllys (PSOL/RJ).

Cabe ressaltar que, até fins de 2018, apesar de algumas tentativas, a oposição conseguiu inviabilizar a votação do substitutivo. Salientamos da mesma forma que, em nossas análises, além das articulações da oposição ao projeto preconizado pelo MESP corroboraram a fim de evitar tal votação à expectativa dos apoiadores do MESP com o

¹⁵ Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/>

cenário favorável aos seus preceitos com a eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República.

Isto porque, o governo que se inicia em 2019, tem como um dos seus pilares os mesmos grupos que promoveram e promovem o MESP, como afirma Freitas (2018, p. 29), "braço político da nova direita na escola". A título de análise, em seu enxuto programa de governo, a parte que corresponde à educação, dispondo de oito páginas apresenta, entre mapas e gráficos desprovidos de análises, os mesmos preceitos propagados pelo MESP, como por exemplo:

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOUTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE (maiúsculas do autor) [...]. Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), [...]. Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação (O CAMINHO DA PROSPERIDADE: PROPOSTAS DE UM PLANO DE GOVERNO, 2018, n.p.).

A consonância entre as ideias estampadas no plano de governo de Jair Bolsonaro e as do MESP, como a insistência em acusar os professores de doutrinadores, as políticas educacionais dos governos petistas de incitar a doutrinação e a sexualização de crianças e jovens, assim como, de fazer críticas a Paulo Freire, também se revelam com a escolha de Ricardo Vélez Rodríguez como ministro da Educação. Segundo matéria do El País, de 25 de novembro de 2018, a indicação de Vélez para a pasta da educação foi feita por Olavo de Carvalho. A matéria ainda destaca uma publicação do novo ministro em seu blog pessoal a respeito da linha de trabalho do Ministério da Educação (MEC) com os seguintes dizeres:

A proliferação de leis e regulamentos tornou os brasileiros “reféns de um sistema de ensino alheio às suas vidas e afinado com a tentativa de impor, à sociedade, uma doutrinação de índole cientificista e enquistada na ideologia marxista”. Isso levaria, segundo ele, a “invenções deletérias em matéria pedagógica como a educação de gênero, a dialética do 'nós contra eles", tudo destinado a desmontar os valores da sociedade, "no que tange à preservação da vida, da família, da religião, da cidadania, em soma, do patriotismo" (aspas do autor) (EL PAIS, 2018, n.p.).

Dessa forma, a escolha de um ministro afinado com o discurso do MESP reflete no concreto que as propostas do programa agora despontam como projeto de governo, institucionalizadas porque, em parte, podemos afirmar que as eleições de 2018 elegeram também o MESP para o Governo Federal.

Destarte, outro importante ponto a mencionar trata-se da proposta anunciada pelo agora ministro da Educação, em sua posse em 01 de janeiro de 2019, a respeito da expansão dos colégios militares. Para tanto, seria criada uma secretaria especial no MEC empenhada em "transformar escolas públicas em unidades de ensino cívico-militar (O GLOBO, 2019, n.p.)", uma promessa de campanha de Jair Bolsonaro. Sobre as escolas com ensino cívico-militar que se encontra em expansão há mais de uma década nos estados de Goiás e Minas Gerais, Veloso e Oliveira (2016, p. 451) analisam que:

[...] considerando que a doutrina militar seguida na formação policial não difere, na essência, daquela aplicada nos colégios militares, não nos parece ser esta doutrina a mais adequada ao desenvolvimento de uma criança ou de um adolescente. Se, em um indivíduo adulto, a formação militarizada já pode provocar efeitos como o adoecimento mental e comportamentos violentos em suas relações sociais, o risco dessas consequências serem ainda mais graves em pessoas que se encontram em um estágio psicológico e intelectual ainda em formação é alto.

Além dos impactos psicopedagógicos explicitados pelas autoras, poderíamos tecer uma série de outras considerações sobre a militarização das escolas públicas, como o domínio da coerção e a universalização desta enquanto uma ideologia, ou como descreve Freitas (2018, p. 120):

Nestas escolas os alunos têm de comprar farda, prestar continência e se chamam por senhor e senhora. É passível de ser punido o aluno com alguma negligência no campo da higiene pessoal. Ou seja, foram transformadas em um quartel, e não em uma escola. Os diretores pertencem à corporação militar. Como sempre acontece nestas iniciativas, estudantes que se destacam ganham condecorações, e quem não se adapta é transferido. [...] Seja pelo lado cognitivo, comportamental ou afetivo, todos os níveis da educação básica sofrem o impacto dessas políticas.

Interessa-nos também compreender que, num projeto de escola em que seja negada a manifestação de todas as dimensões humanas, as propostas do MESP são facilmente assimiladas, pois, sua adesão perpassa pelo campo da coerção num ambiente antidemocrático.

Por conseguinte, orientando-se pela crítica ao que os próprios seguidores do MESP chamaram de "ideologia de gênero", "ideologia político-partidária" e "doutrinação de esquerda" perpetrada por parte dos professores em sala de aula, a proposta do MESP, com adesão de setores conservadores, reacionários e fundamentalistas da sociedade brasileira, setores estes ancorados a um empresariado

ultraliberal ligado ao capital internacional, apresentam como principal proposta, a princípio, expor em todas as escolas do país um cartaz intitulado "Deveres do Professor" que versa, entre outras coisas, por imputar uma série de regras aos professores orientando-se por uma possível neutralidade na função docente.

A "IDEOLOGIA DE GÊNERO"

Está na hora dos pais abrirem os olhos e conhecerem o que as escolas públicas e particulares estão ensinando. O pior de tudo são os textos que o MEC já está enviando para a educação em todos os níveis, carregados desta míope visão do ser humano. Respeitamos a opção pessoal de cada um, mas não se admite impor desde a infância uma ideologia que contradiz a natureza humana. A ideologia de gênero é perigosa e maldosa. A Igreja ama e acolhe todo ser humano, mas jamais pode compactuar com uma ideologia que quer levar uma mentira tão absurda como esta para as salas de aula (CNBB, 2017, n.p.).

A cruzada católica contra os direitos LGBTTTQI que, a partir do MESP aparenta ser uma pauta apenas das frações evangélicas pentecostais e fundamentalistas por conta da atuação desses nos meios de comunicação, remonta ao ano de 1998, quando:

A Conferência Episcopal do Peru expediu uma nota intitulada “La ideologia de género: sus peligros y alcances.” (aspas da autora). O documento de 16 páginas despertou o apoio de toda [ou quase toda] (informação nossa) a Igreja Católica e inclusive de setores evangélicos em diferentes países e também no Brasil, de forma que estes passaram à se referir aos estudos de gênero como “ideologia de género (COELHO, 2016, p. 01).

A expressão, que se dissemina a partir do documento elaborado pelo clero peruano, tem raízes mais profundas no interior do Vaticano e desponta como uma reação das frações conservadoras e reacionárias da Igreja Católica frente aos avanços mundiais em políticas públicas para as mulheres e para a comunidade LGBTTTQI, capitaneadas pelos organismos internacionais¹⁶ (SILVA, 2017).

Este movimento reativo da Igreja não se circunscreve apenas ao clero, mas também se faz presente em movimentos leigos diretamente vinculados a determinados grupos religiosos. Assim, Junqueira (2017) destaca, por exemplo, o livro *Who Stole Feminism? How Women Have Betrayed Women*, publicado com o apoio do think tank da direita norte americana, em 1994, pela professora de Filosofia da Clark University, Christina Hoff Sommers, onde “ela atacou o que chamou de *Gender Feminism*: uma

¹⁶ Denominamos organismos internacionais aqueles que se abarcam em torno da Organização das Nações Unidas (ONU) e também o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros.

ideologia de feministas que [...] passou a antagonizar desigualdades históricas baseadas no gênero” [...] (*Ibid.*, p. 31). E a militância nas conferências da ONU, da jornalista e escritora norte-americana Dale O’Leary, “ligada à Opus Dei, representante do *lobby* católico *Family Research Council* e da *National Association for Research & Therapy of Homosexuality*, que promove terapias reparadoras da homossexualidade” (*Ibid.*, *Ibidem*).

É de O’Leary o argumento, constantemente retomado pelos movimentos antigênero, de que esta agenda seria liderada por feministas radicais e promovida por agentes do controle populacional e da liberação sexual, ativistas gays, multiculturalistas e promotores do politicamente correto, extremistas ambientalistas, neomarxistas, pós-modernos desconstrutivistas. Tais ativistas do gênero visam dominar os organismos internacionais, as universidades e o Estado, A ONU, por exemplo, já estaria sob o domínio deles (JUNQUEIRA, 2017, p. 32).

Por conseguinte, a organização da Igreja em torno da defesa de uma concepção particular de família que, se manifesta na perseguição dos movimentos sociais não heteronormativos, procura produzir o consenso em torno de suas bandeiras de distintas formas, em grupos leigos, em ações pastorais, em seus veículos de rádio e TV, mas, principalmente nos documentos que emergem da Santa Sé, já que são estes a orientar os direcionamentos da Igreja como um todo, despontando como uma doutrina que não deve ser questionada. Neste caso, em 2003, o cardeal colombiano Alfonso López Trujillo, “ferrenho opositor à Teologia da Libertação, contrário ao uso de preservativos, ao casamento homossexual, às pesquisas em célula tronco, etc” (*ibid*, p. 37), coordenou os trabalhos do Conselho Pontifício para a Família que, elaborou um documento chamado: *Lexicon. Termini ambigui e discussi su famiglia, vita e questioni etiche* (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, 2006 *apud* JUNQUEIRA, 2017, p. 40). Tal documento em termos de educação sexual, segundo Junqueira (2017, p. 40):

[...] se posiciona pelo primado da família e sublinha os limites da educação escolar. O feminismo é nele sempre apontado como problemático. “Feministas do Gênero”, “feministas radicais” ou “feministas lésbicas” são frequentemente objetivadas como mulheres que “pisoteiam a especificidade do gênio feminino”, que criam um “terreno favorável às violências”, disseminam a guerra dos sexos e aspiram para sua “destruição”. No *Lexicon*, assim como entre os conservadores da ordem sexual, sexo e sexualidade são elementos pertencentes à ordem transcendente (aspas e itálico do autor).

Não obstante, observamos que o MESP em seu início, em 2004, centrava-se na questão da chamada “doutrinação marxista”, haja vista que, como já apresentamos, seu despertar esteve relacionado a uma comparação realizada por um professor entre São

Francisco de Assis e Che Guevara. No entanto, há um ponto de inflexão com a criação do programa em 2014, em que, as reações das frentes católicas e da FPE no Congresso ao Projeto Escola Sem Homofobia, conforme já apontado, funde-se aos preceitos do MESP; e nessa amalgama, juntaram-se ainda a ala ultraliberal da burguesia brasileira, bem como, políticos oportunistas. O bloco formado acrescenta à pauta da “doutrinação marxista” a de “ideologia de gênero” que, até aquele momento não se apresentava com tanta expressividade no MESP.

Portanto, apesar das assertivas do programa não conterem em seu escopo o termo “ideologia de gênero”, os projetos de lei que derivaram dele passaram a incorporar o termo¹⁷, o que para nós, contribuiu decisivamente para uma maior expressividade do movimento, pois, a questão sexual encontra-se de modo mais presente no senso comum ao invés do marxismo que, no Brasil, reside de forma mais contundente nos ciclos acadêmicos e movimentos sociais. Ou seja, o “pânico moral” (FERREIRA; AGUIAR, 2018) espalhado pelo movimento concentrava-se em afirmar que os professores estariam destruindo as famílias a partir da “ideologia de gênero”. Ainda mais eficiente, foi à estratégia do MESP ao associar os dois pontos: neste formato, os professores comunistas do Partido dos Trabalhadores, embasados em Paulo Freire e Gramsci (considerados os “teóricos do PT”) estariam destruindo a família com a “ideologia de gênero” e formando militantes marxistas comunistas do PT.

Doravante, as ações que disseminaram o termo “ideologia de gênero” no Brasil, tanto as da Igreja Católica quanto as das Evangélicas, como a confluência destas com o MESP devem ser analisadas a partir do prisma do alcance que os movimentos feministas e LGBTTQI tiveram no país nos últimos anos, pois, nosso argumento sobre essa confluência de agendas conservadoras reacionárias e fundamentalistas de distintos aparelhos privados de hegemonia perpassa pelo caráter reativo destes contra os movimentos progressistas expressados por uma classe em geral ativa na contrarrevolução preventiva autocrática burguesa (FERNANDES, 2011).

Em termos gerais, os movimentos feministas surgiram no contexto da Revolução Francesa (1789). Inspirados nos ideais iluministas espalharam-se por várias partes da Europa, Estados Unidos e América Latina com a bandeira do sufrágio universal

¹⁷ Como exemplo, o último PL baseado no programa do MESP ao entrar na pauta da Câmara Federal foi o substitutivo apresentado pelo relator do PL n. 7180/2014 e seus apensados, Deputado Flávio Augusto da Silva (PSC/SP) em 2018. Neste documento as assertivas do MESP que analisamos no capítulo 2 são acrescidas de um parágrafo único com os dizeres: “A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual” (BRASIL, 2018, p. 24-25).

(COSTA, 2005). No Brasil, cabe destacar, a criação em 1910, do Partido Republicano Feminino como uma resistência à permanência do impedimento do voto feminino na República recém-inaugurada (PINTO, 2003).

Não obstante, são reveladoras as experiências da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para as mulheres, quando dos primeiros anos da Revolução Russa de 1917, conquistas como a descriminalização e legalização do aborto, o direito ao divórcio, o fim do princípio da ilegitimidade para reconhecimento dos filhos e da pensão alimentícia, o papel central do Estado na criação e educação infantil, na garantia de lavanderias e restaurantes públicos, além de outras. Todavia, as dificuldades de uma sociedade que saíra do completo atraso e posteriormente a burocracia stalinista acabavam por dissolver muitas dessas conquistas (GOLDMAN, 2014).

Em 1949, o livro de Simone de Beauvoir (1908-1986), *O Segundo Sexo*, imprimiu novos contornos acerca das discussões de gênero. Contudo, nos anos 1960, impulsionadas pelas lutas em torno dos direitos civis nos EUA¹⁸, pelos movimentos estudantis na França¹⁹ e os movimentos pacifistas que reagem às imagens que chegavam da Guerra do Vietnã²⁰, há uma retomada de movimentos em torno da politização das questões do gênero feminino, sua especificidade e principalmente sua opressão frente a uma sociedade patriarcal e violenta - em todas as suas formas contra

¹⁸ Destacamos como lutas por direitos civis aquelas engendradas pelos movimentos negro e feministas nos EUA, que tiveram seu auge nos anos 1960. Ver mais em: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

¹⁹ Em maio de 1968, na França, três conflitos acabaram confluindo e se alimentando mutuamente. A crise estudantil, que teve como palco o Quartier Latin da capital francesa, e que proporcionou as imagens mais memoráveis da revolta: os *slogans* imaginativos, a ocupação da Sorbonne, as barricadas e os paralelepípedos. A segunda crise foi operária, sendo explicitada por uma greve geral de várias semanas que desembocou em acordos trabalhistas que representaram um aumento de 35% do salário mínimo. A terceira crise foi política: a contestação sindical e estudantil ao regime da V República que colocou contra as cordas o general de Gaulle, até então seu único presidente, em uma situação que acabou desembocando, depois da vitória do gaullismo nas eleições legislativas de junho, na derrota em um referendo no ano seguinte e em sua renúncia. As revoltas transcenderam os limites da França esbarrando na questão colonial da Argélia e expandindo-se para várias partes do mundo (EL PAIS, 2018).

²⁰ No auge da Guerra Fria, as disputas entre norte-americanos e soviéticos pela influência econômica, política e ideológica em várias partes do mundo foram intensificadas com o conflito ocorrido na ex-colônia Francesa do Vietnã, outrora Indochina, que, após a independência se viu dividida entre o norte comunista e o sul pró EUA. Na ânsia de derrotar os comunistas do Vietnã do Norte, os EUA se lançaram numa guerra de grandes proporções que, por conta dos avanços nos meios de comunicação, teve, pela primeira vez na história, momentos de cobertura ao vivo dos meios de comunicação. As imagens que chegavam aos jornais e telejornais propiciaram uma forte reação de movimentos pacifistas para o fim da guerra que, só se encerrou com a retirada das tropas norte-americanas, em 1975. Ver mais em: HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: breve século XX 1914 – 1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

as mulheres -, conduzindo para a esfera pública de discussão demandas que outrora eram consideradas pela burguesia liberal da esfera privada (COSTA, 2005).

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política (*Ibid.*, p. 02).

No Brasil e na América Latina, o impulso gerado nos âmbitos europeu e norte-americano ressoou nos anos 1960 e 1970, num contexto de repressão exercida pelos governos ditatoriais destes países. Apesar de muitas militantes feministas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e de outras organizações de esquerda - especialmente aquelas das famílias mais abastadas - ser exiladas a partir do regime civil-empresarial-militar, em meados dos anos 1970, a questão da mulher passa a ser repensada a partir de movimentos e conferências promovidos pelos organismos internacionais, como a ONU, por exemplo, que estabeleceu o ano de 1975, como o “Ano Internacional da Mulher”, refletindo no Brasil com uma série de eventos desse cunho (PINTO, 2003).

Contudo, é necessário distinguir a questão feminista quanto às lutas pela igualdade ou as lutas pela diferença. Isso porque, “No que se refere às questões acerca da igualdade e da diferença, há intenso e extenso debate no interior do campo de produção dos estudos de gênero e do Movimento de Mulheres” (AUAD, 2003, p. 139), coexistindo duas frentes com interpretações filosóficas distintas, a saber:

A corrente igualitarista teria se baseado primordialmente no ideário veiculado pelo *Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, obra na qual figura minuciosa descrição das transformações fisiológicas femininas a fim de reforçar a percepção do caráter inferiorizante do corpo feminino. [...]. Tal corrente trata toda diferença entre o masculino e o feminino como construção social e, como fator de opressão, não aceita, portanto, a existência de uma “natureza feminina”. O seu projeto radical seria a extinção dos gêneros masculino e feminino. Herdeira do Iluminismo, esta corrente, agregada a uma abordagem marxista, percebe o comunismo como a superação do capitalismo e simultaneamente do patriarcado, em um projeto de sociedade liberta de qualquer distinção de classe e de sexo, e plenamente igualitária (aspas e itálicos da autora) (*Ibid.*, p. 139-140).

Por sua vez, a mesma autora coloca que:

A corrente diferencialista [...], defende a afirmação e o caráter positivo de uma identidade tipicamente feminina – colocada em oposição a uma identidade tipicamente masculina – ao remeter a uma essência

feminina e, portanto, a uma masculina, essencialmente oposta. Trata-se de dar caráter apologético às diferenças, que são geralmente usadas como opressão. Derivado da psicologia lacaniana, o pensamento diferencialista não questiona a bipolaridade e o caráter de construção dos gêneros em nossa sociedade (*Ibid.*, *Ibidem.*).

Sobretudo, a partir do avanço das políticas neoliberais nos anos 1990, em todo o mundo, e sua lógica cultural da pós-modernidade e da globalização, as lutas feministas adentraram por um caminho de fragmentação, tanto interno ao movimento como as já apontadas acima, como externo em sua aproximação, de décadas anteriores, com outros grupos, como os movimentos negro, partidos comunistas, movimentos estudantis, pacifistas entre outros, muito por conta, do sexismo promovido no interior desses movimentos que logravam as causas feministas um segundo plano (ARRUZZA, 1983).

Aonde quer que se dirigissem, os milhares de mulheres norte-americanas empenhadas nos movimentos pelos direitos civis, nos movimentos estudantis, no movimento contra a guerra, esbarravam no mesmo sexismo. O sarcasmo, o escárnio, o desprezo aberto de que eram objecto (*Sic.*) quando procuravam fazer valer as suas reivindicações e propor reflexões partindo do ponto de vista da sua opressão específica só tinha uma saída: o divórcio definitivo entre o movimento feminista e os restantes movimentos (*Ibid.*, p. 78).

Podemos inferir que há uma disputa pela condução da agenda das lutas feministas, e por isso, frações da burguesia que adentram a causa promovem um deslocamento das lutas históricas que, compreendiam a descriminalização e legalização do aborto, a extinção da violência contra as mulheres, a opressão do patriarcado, o sexismo, entre outras formas de opressão às mulheres, para a esfera exclusiva do discurso a partir de termos que reduzem as conquistas das mulheres ao ambiente de trabalho-emprego, como na posição exposta pelos organismos internacionais (ONU MULHERES, s.a., n.p.):

Empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia são garantias para o efetivo fortalecimento das economias, o impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e para o desenvolvimento sustentável.

Sabemos, entretanto que, na ótica neoliberal, que recrudesce os princípios liberais de individualidade e concorrência, bem como, intensifica o conservadorismo moral, a causa feminista poderá apenas na aparência se fortalecer a partir do espectro pós-moderno do empoderamento ou da equidade, conforme observa Engels (2016, p. 69) na sociedade burguesa:

O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada, sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.

O uso de termos que suavizam o caráter classista da luta feminista impede de capitular que, em essência, a mulher no modo de produção capitalista tende a ser subjugada ao propósito de progenitora dos futuros herdeiros que manterão as condições de divisão de classe e a manutenção da propriedade privada, e ao mesmo tempo, de mantenedora do lar - o que garante ao trabalhador (seja este trabalhador qualquer membro da família) a “[...] reprodução das condições necessárias para que a força de trabalho se possa apresentar no mercado como mercadoria” (ARRUZZA, 1983, p. 103). Quando muito, para a mulher, como apontado no discurso dos organismos internacionais, resta a equiparação ao homem apenas em termos de cargos em empresas, quicá de salário. Não por menos, as teses do MESP, que evocam o sentido da família nuclear monogâmica heteronormativa, têm destinado para a mulher esse mesmo futuro, com a prerrogativa de recrudescer até mesmo as categorias discursivas do empoderamento e da equiparação.

Consideramos, contudo, o fato que os avanços preconizados nos governos Lula e Dilma para as causas feministas, tais como, a Lei Maria da Penha, a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a licença maternidade pelo período de seis meses, a lei do feminicídio, entre outros (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2018), corroboraram para que as discussões restritas aos movimentos e aos centros de estudos e pesquisas acadêmicos se espalhassem pelo conjunto da sociedade civil.

Há também de se considerar que tais conquistas, devem-se, sobretudo ao arcabouço das lutas feministas que no Brasil tem seu auge nos governos petistas, compreendendo a atuação de aparelhos privados de hegemonia progressistas como o representante brasileiro da Marcha das Vadias, o grupo Católicas Pelo Direito de Decidir, o Coletivo Nacional Juntas, a Marcha das Mulheres Negras, o Rosas pela Democracia, a Marcha Mundial das Mulheres e o Femen Brasil, entre outros. Tais movimentos conquistaram demasiada expressividade na difusão do caráter das lutas das mulheres no Brasil e, ainda que, entre estes e outros grupos haja divergências, os pontos de contato são muito superiores.

Assim, em nossas análises, a elaboração e a propagação do termo “ideologia de gênero” pelos setores conservadores, reacionários e fundamentalistas, contempla, em grande medida, o desdém, o preconceito e a aversão destes pela emancipação da mulher frente à sociedade de classes e ao patriarcado, fundamentado na função à qual se destina a mulher no modo de produção capitalista: a produção precarizada, subjugada e vítima de todos os tipos de violência e assédios no emprego e, a submissão e sequenciamento de violências e reprodução no lar.

Com isso, não queremos expressar a tese determinista de que a superação do capitalismo representaria imediatamente a emancipação feminina, pois, há outras estruturas de dominação que combinadas ao capitalismo garantem a subordinação da mulher. Conforme a análise que Arruzza (1983, p. 126) faz do artigo *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union*, publicado em 1979, por Heidi I. Hartmann:

O que permite ao capitalismo colocar as mulheres nos escalões inferiores das hierarquias internas da força de trabalho não são as lógicas de funcionamento interno do próprio capitalismo, mas sim as constitutivas de outro sistema de opressão, que embora se tenha ligado ao capitalismo, goza de vida própria e de uma autonomia relativa: o sistema patriarcal. A subordinação das mulheres criada pelo sistema patriarcal, cujas origens são pré-capitalistas, é assim utilizada pelo capitalismo em benefício próprio.

No entanto, salientamos que, a nosso ver, tampouco na sociedade de classes em que o patriarcado exerce uma mediação entre o modo de produção capitalista e a subordinação da mulher, haverá essa emancipação.

No caso dos movimentos LGBTTTQI, ligados indiretamente à questão feminista por conta da aceção do termo gênero, a ameaça à ordem capitalista de dominação concentra-se no ideário da família cristã e na liberdade do corpo. Vinculados à questão da produção, o corpo como força de trabalho deve antes ser privado de qualquer forma de liberdade e potencialidades para servir à valorização do capital. Como observou Gramsci (2015, p. 268):

As tentativas feitas por Ford para intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada de seus empregados e para controlar como eles gastavam os salários e como viviam são um indício destas tendências ainda “privadas” ou latentes que, podem se tornar, num certo ponto ideologia estatal, articulando-se com o puritanismo tradicional, ou seja, apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros [...] (aspas do autor).

De certo modo, o prognóstico de Gramsci (2015), salvo os diferentes contextos, não estava errado. Primeiro porque o fordismo atrelado ao taylorismo atravessou o século XX como modelo de organização da produção, e o fenômeno do toyotismo com a acumulação flexível, as terceirizações e a constante precarização do trabalho, dramatiza sobremaneira a fiscalização do trabalhador que vê seu corpo sugado em tempo integral, especialmente com o fenômeno da comunicação digital, cujo exercício das funções laborativas adentra também os horários de descanso, através de e-mails, *whatsapp*, facebook, ou outras redes sociais. Em segundo, no contexto conservador e reacionário em que subsiste a burguesia brasileira, o controle da vida privada na condenação de práticas que não correspondam aos valores morais desta classe reverte-se em ideologia, sendo que, as subversões dessas ideologias passam a ser criminalizadas pelo poder coercitivo e pela própria resignação, fruto do consenso que tende à todos atingir.

Na totalidade do fenômeno do MESP, a configuração de um termo difuso como “ideologia de gênero”, como afirmamos anteriormente: uma ideologia que confirma o argumento que congrega ao conjunto das ideologias dominantes desta fase neoliberal do capitalismo uma versão particular do puritanismo do qual Gramsci (2015) observou. Nesta versão, abalizada pelo fundamentalismo religioso pentecostal evangélico e católico, que empregam as ferramentas midiáticas para difundir suas concepções de mundo como se essas fossem compartilhadas por todas as pessoas, os grupos não heteronormativos são classificados de dois modos distintos que excluem um ao outro. Um, a observação de que na esfera privada o direito burguês liberal permite a liberdade sexual dentro de certos parâmetros e outro que restringe essa mesma liberdade do domínio público para a conservação dos princípios ditos morais da sociedade, isto é, pode-se, por exemplo, exercer o direito ao homossexualismo desde que esse direito não seja publicamente expressado, ou que não se arvore dos mesmos direitos civis que os casais heterossexuais.

Contrariando esse fator coercitivo que permeia tanto a sociedade política como a sociedade civil, as comunidades LGTBTTQI historicamente têm apresentado uma postura de enfrentamento, ora direto, ora indireto. Assim, por exemplo, em 1969, as LGTBs²¹ que frequentavam um bar chamado Stonewall Inn, em New York (EUA) se revoltaram

²¹ Termo para a época.

contra a violência policial e as políticas virulentas do Estado, que criminalizava as pessoas com orientação sexual e identidade de gênero não heteronormativas.

As constantes batidas policiais extremamente abusivas e violentas, fizeram com que aquele espaço (em sua maioria LGBTs muito marginalizadas, “queens de rua”, sem trabalho e espaço na sociedade de classes) se revoltassem e radicalizassem contra a polícia. Com gritos de “Gay Power” a comunidade local expulsou a polícia com paus, pedras, tijolos, etc (aspas do autor) (aspas do autor) (REVISTA MOVIMENTO, 2018, s.p.).

Vale destacar que este episódio marcado como “Revolta de Stonewall” contribuiu para a organização do movimento Frente de Libertação Gay, que introduziu esta data de Stonewall - 28 de junho - como o Dia Mundial do Orgulho Gay, realizando ainda no ano seguinte, 1970, a 1ª Parada do Orgulho Gay em New York. Nesta mesma década emergia no Brasil movimentos que buscavam legitimar as pautas homossexuais na sociedade civil (FACCHINI, 2003).

Data de 1978, o primeiro grupo organizado de militância da causa homossexual no Brasil. O SOMOS, como foi chamado, surgiu em São Paulo, pela iniciativa de João Silvério Trevisan, ativista que fora exilado em anos anteriores pelo regime ditatorial e que, por isso, acabou entrando em contato com outros grupos e movimentos nos EUA (*Ibid.*). Ainda nesse mesmo ano, começa a circular no Rio de Janeiro, o jornal *O lampião da Esquina* que promovia uma série de publicações voltadas para a “cultura gay” frequentadora dos chamados à época “guetos cariocas” (*Ibid.*). Apontamos que estes dois movimentos contribuíram enquanto resistências ativas, inspirando ainda grupos que despontaram no país no início dos anos 1980, com uma estética própria e irreverência como forma de protesto, haja vista as performances dos *Dzi Croquettes*²², que alavancaram a consolidação de uma “cultura gay” de resistência.

Contudo, a burguesia brasileira em seu caráter conservador, reacionário e permanentemente contrarrevolucionário, como nos apontou Fernandes (1976), absorveu do trágico fenômeno da Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS) - que chegou ao Brasil ainda nos anos 1980 (BRITO; ROSA, 2018) - uma espécie de arma

²² Sobre os Dzi Croquettes segundo Silva (2017, p. 05): “Como uma constelação de corpos falantes e desejanτες, produzindo deslocamentos, dispersão do gênero e do indivíduo, assim posso caracterizar os Dzi Croquettes. Em um período de grande efervescência e criatividade no campo das artes (teatro, literatura, música), dos costumes e dos hábitos como a liberalização sexual, mas também de controle, censura, repressão e violências, entre pelos, barbas, purpurinas e paetês, os Dzi Croquettes, nos anos 70, com suas performances artísticas marcadas pela ambiguidade de gênero, numa fusão de teatro e humor, com passos fortes, danças e rebolados e combinando, de maneira inusitada, meias de futebol com salto alto, sutiãs com peitos cabeludos, cílios postiços com barbas, borravam as históricas fronteiras de gênero. Não por acaso, eles diziam: “Nós não somos homens, nem somos mulheres. Nós somos gente, gente computada igual vocês!”.

política para a marginalização das comunidades LGBTTQI, buscando construir o consenso quanto ao caráter seletivo da doença em aparelhos privados de hegemonia, como nas revistas *Veja* e na *Isto é* (CASTRO, 2005), aproveitando-se levemente do fato da AIDS ter de início atingido de modo mais contundente estas comunidades.

Com efeito, a visibilidade alcançada pela realização anual da Parada do Orgulho Gay em São Paulo, desde 1997, associada às políticas sociais das duas últimas décadas, propiciaram, com base nas lutas e resistências dos Movimentos LGBTTQI, conquistas como o direito ao casamento civil e a união estável, o direito à adoção, pensões, direito ao nome e a identidade de gênero, acesso ao serviço público de saúde para cirurgia de redesignação sexual, entre outros (BRASIL, 2017). No entanto, se por um lado, tais conquistas evidenciam um novo horizonte para esses movimentos, por outro, os números assustadores de violência e discriminação - confirmados pelos dados do movimento de resistência Grupo Gay da Bahia: “A cada 20 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (RELATÓRIO GGB, 2018, p.01) – somados à um governo que em seu programa²³ não contempla nenhuma política afirmativa para os grupos LGBTTQI e que, em sua base de sustentação comporta frações assumidamente contrárias à emancipação homossexual - as frentes parlamentares católicas, a FPE, e o próprio MESP, por exemplo - ajudam-nos a afirmar que as disputas por direitos civis na sociedade capitalista estão na aparência dos problemas que envolvem tanto estes grupos como os movimentos feministas, além de outros.

Dessa forma, observamos que em essência, o controle econômico e social da esfera da vida privada pelo trabalho precarizado e seus mecanismos estatais de coerção são decisivos para a manutenção da divisão de classes, bem como da divisão intraclasses. Portanto, a garantia das liberdades individuais passa pela categoria classe, pois, somente poderá haver emancipação para um se houver para todos. Como ideologia, a “ideologia de gênero” indica uma busca de restringir o caráter público, coletivo e emancipatório da questão homossexual e feminista, conformando e reduzindo as lutas dessas categorias a algumas conquistas individualistas, como por exemplo, ao poder de compra e consumo deste “novo nicho” de mercado intensamente frisado pela *massmídia*²⁴.

²³ No programa de governo de Jair Bolsonaro, apresentado no capítulo 2, não há nenhuma referência às políticas afirmativas para as comunidades LGBTTQI.

²⁴ Dados da revista Exame de 2018, indicam que “Atualmente, o público LGBT é um dos que mais crescem no mercado consumidor em todo o mundo. O potencial desse segmento pode ser visto em eventos como a Parada do Orgulho LGBT, que ocorre anualmente em São Paulo. O evento atrai milhares

Assim, junto à lógica individualista do neoliberalismo, determinados padrões de comportamento podem ser aceitos, por conveniência ou oportunismo da burguesia dominante, já outros não. Para nós, reside exatamente neste “sim” e “não” a questão do posicionamento de classe e a luta conjunta na *práxis* coletiva entre todos os trabalhadores precarizados, em sendo feministas ou LGBTTQIs, para a superação da sociedade de classe, do patriarcado, da restrição à liberdade humana e, em suma, da emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marx (2010), ao entrar no debate sobre os direitos políticos dos judeus na Alemanha - minoria que até então era destituída de direitos civis e políticos - em meados do século XIX aponta para a questão da emancipação política destes frente aos cristãos. Contudo, ele observa que “A questão judaica deve ser formulada de acordo com o Estado em que o judeu se encontra. Na Alemanha, onde não existe um Estado político, onde não existe o Estado como Estado, a questão judaica é uma questão puramente *teleológica*” (itálicos do autor) (*Ibid.*, p. 37). Acrescentamos então que, para a classe trabalhadora em geral, a questão da emancipação deve ser formulada de acordo com a sociedade na qual ela se insere. Neste caso, inferimos que a emancipação política, na melhor das hipóteses, pode até ser alcançada, mas, nos limites da democracia burguesa: será ela suficiente?

A resposta à discussão propiciada por Marx (*Ibid.*) pode nos colaborar a compreender analogamente o real estado das coisas no que concernem as lutas de grupos historicamente marginalizados e, responder a nossa questão. Pois, para ele “A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui” (*Ibid.*, p.41).

Nessa perspectiva, cabe a máxima lançada pelo cantor e compositor Paulinho Moska na forma de canção-manifesto: “Nenhum Direito a Menos” (MOSKA, 2018), sem deixar de lado o verso do poeta Carlos Rennó musicado pelo compositor e cantor Chico César “[...] eu me alegraria se afinal morresse esse sistema que nos causa tanto trauma” (RENNÓ; CÉSAR, 2015).

de pessoas do Brasil e do exterior e, de acordo com os organizadores, reuniu 3 milhões de participantes em 2017”. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/pme/empreendedores-brasileiros-faturam-com-um-setor-que-so-cresce-o-dos-lgbts/>>. Acesso em 25 jan. 2019.

Contudo, a emancipação humana em sua totalidade representa, em última instância, a superação da ordem burguesa que subsumiu o potencial humano em geral, em mera abstração manifestada em direitos individualistas circunscritos aos parâmetros limitantes se considerarmos a totalidade das relações sociais em suas determinações históricas. Construídos para manter a ordem de dominação tal como se encontra, mas, a imputado materialmente e imaterialmente como verdades naturais e universais. Assim, Marx (*Ibid.*, p. 54) encerra a questão da seguinte forma:

Toda emancipação é *redução* do mundo humano e suas relações ao próprio homem. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo egoísta independente, e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornar *ente genérico* na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “*forces propres*” [forças próprias] (aspas do autor; tradução da edição) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma de força política (itálicos do autor).

Portanto, indicamos que, no âmbito da escola, a educação e a formação humana a laicização e a secularização são importantes conquistas para a emancipação política dos trabalhadores, representados aqui pelos precarizados, pelas mulheres e pelos LGBTTQIs, todavia, somente esses dois processos não são suficientes para que os indivíduos possam assumir o controle de sua própria história buscando a emergência de uma emancipação humana.

REFERÊNCIAS

AUAD, Daniela. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2006.

ARRUZZA, Cinzia. *Feminismo e Marxismo: entre casamentos e divórcios*. Lisboa: Edições Combate, 1984.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. *Resolução n. 07 de 23 de agosto de 2017*. Dispõe sobre posicionamento deste Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH na garantia de direitos e livre debate sobre gênero e sexualidade humana em âmbito escolar. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Casa/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2007%20-%20escola%20sem%20partido_APROVADA%20(2).pdf>. Acesso em 12 mar. 2018.

_____. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: Conceitos e Legislação. 2. ed. Brasília: MPF, 2017.

_____. Câmara Federal. Projeto de Lei n. 6006/2016. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1484506&filename=PL+6005/2016>. Acesso em 20 dez. 2018

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco; ROSA, Johnny de Moura. “Os leprosos dos anos 1980”. “Câncer Gay”, “Castigo de Deus”: Homossexualidade, AIDS e capturas sociais no Brasil dos anos 1980 e 1990. *Revista Observatório*. v. 4. n. 1 2018

CARTA MAIOR. O que está por trás do escola sem partido?. 2016. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486>>. Acesso 23 dez. 2017.

CASTRO, Paulo César. A enunciação midiática da sexualidade a partir da Aids: os discursos de Veja e IstoÉ nas décadas de 1980 e 1990. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. UERJ, 2005.

COELHO, Fernanda M. Feitosa. Ideologia de gênero: os porquês e suas consequências no contexto do Plano Nacional de Educação brasileiro. *Revista Mandrágora*, v.23. n.2, 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL - CNBB. Eleições 2018. 2018. Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br/eleicoes-2018-2/>>. Acesso em 12 out. 2018.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*. V. 5. n. 2. 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. *O projeto reacionário de educação*. 2017. Disponível em: <http://www.luizantonioacunha.pro.br/uploads/independente/ProjReacEd_livro.pdf>. Acesso em 15 dez. 2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

EL PAÍS. “Anti-marxista” indicado por Olavo de Carvalho será ministro da Educação. 2018. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/22/politica/1542910509_576428.html>.

Acesso em 29 dez. 2018.

_____. Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo. 2017. Disponível em:

<https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/11/politica/1505164425_555164.html>.

Acesso em 23 jan. 2019.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. 2 ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2016.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). *Escola Sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico único. 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/viewFile/2510/1920>>. Acesso em 19 jan. 2019.

FERREIRA, Camila Camargo; AGUIAR, Márcio Mucedula. “Ideologia de gênero”: pânico morais, silêncios tagarelas e a (re)produção de normas binárias de gênero. *Revista Ñanduty*. v. 6, n. 8. 2018.

FERNANDES, Florestan. *Brasil: em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. *A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução: política da família soviética e da vida social entre 1917 e 1936*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 4. Temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRUPO GAY DA BAHIA - GGB. Mortes violentas de LGBT. Relatório 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso 21 jan. 2019.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914 – 1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero” a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula R. Costa; Magalhães, Joanalira C. *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômicos-filosóficos*. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antonia Pacheco. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015

_____. *Sobre a questão judaica*. Tradução de Daniel Bensaid. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em*

seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOURA, Fernanda Pereira de. *Relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de história*. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, 2016.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2004. Disponível em:
<<http://www.escolasempartido.org>>. Acesso em: 11 jan.2019.

MOVIMENTO: CRÍTICA, TEORIA E AÇÃO. Stonewall: entre o pessimismos da razão e o otimismo da vontade. 2018. Disponível em:
<<https://movimentorevista.com.br/2018/03/stonewall-entre-o-pessimismo-da-razao-e-o-otimismo-da-vontade/>>. Acesso em 13 jan. 2019.

O GLOBO. MEC terá secretaria para criar colégios cívico-militares, diz novo ministro da Educação. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/mec-tera-secretaria-para-criar-colegios-civico-militares-diz-novo-ministro-da-educacao-23339092>>. Acesso em 05 jan. 2019.

ONU MULHERES. Princípios de empoderamento das mulheres. Disponível em:
<<http://www.onumulheres.org.br/referencias/principios-de-empoderamento-das-mulheres/>>. Acesso em 19 jan. 2019.

PARTIDO DOS TRABALHADORES PT. Com Lula e PT, o Brasil valorizou as mulheres como nunca antes. 2018. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/com-lula-e-pt-o-brasil-valorizou-as-mulheres-como-nunca-antes/>>. Acesso em 19 jan. 2019.

PINTO, Célia Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

PROGRAMA ESCOLA SEM PARTIDO, 2016. Disponível em:
<<http://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em 02 ago. 2017.

PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO. 2018. Disponível em:
<https://flaviobolsonaro.com/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf>. Acesso me 15 nov. 2018.

SILVA, Luis Gustavo Teixeira. Religião e política no Brasil. *Revista Política y Sociedad*. México: jan. 2017.

SILVA, Natanael de Freitas. Dzi Croquettes: invenções, experiências e práticas de si: masculinidades e feminilidades vigiadas. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.